



Genísio Baptista/ABR

Rodrigues fala em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais para expor a política agrícola do governo

## Ministro debate hoje com senadores venda de soja transgênica

Além de expor planos do Ministério da Agricultura, Roberto Rodrigues deve explicar autorização para que seja comercializado produto geneticamente modificado, cujo cultivo estava proibido.

PÁGINA 2



Waldemar Rodrigues

### Pirataria pode dar até quatro anos de cadeia

Projeto aprovado na Câmara e defendido por artistas deve ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 3

### Tratamento para presos perigosos está em discussão

Subcomissão de Segurança Pública examina hoje proposta de regime disciplinar rigoroso para presos considerados de alto risco.

PÁGINA 3

### Comissão de Orçamento tem novos membros

Presidente do Senado, José Sarney, anunciou os nomes dos novos representantes da Casa na Comissão Mista de Orçamento.

PÁGINA 5

### Começa análise da situação da criança no país

Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude deve estabelecer amanhã seu cronograma de trabalho e marcar primeiras audiências.

PÁGINA 4

## Plenário precisa votar 18 MPs para desobstruir a pauta

PÁGINA 3

# Ministro debate hoje política agrícola e venda de transgênicos

Roberto Rodrigues, que fala em audiência aos integrantes das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, também discute novo programa de seguro rural

Em reunião conjunta, os integrantes das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) ouvem, a partir das 11h de hoje, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, sobre a política agrícola do governo.

O ministro deve debater, segundo informações da liderança do governo, a recente autorização para que os agricultores possam comercializar a sua produção de transgênicos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a maior parte da soja plantada na safra 2002/2003 é geneticamente modificada. Os produtores gaúchos estimam que cerca de 80% da produção de soja do estado, que é de 7,8 milhões de toneladas, seja transgênica.

A audiência com Roberto Rodrigues foi solicitada pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Outro assunto que deve estar na pauta do debate entre os senadores e o ministro é a criação do programa de seguro rural que modificou o antigo sistema, denominado Proagro, que funcionava como uma ga-



Romero Jucá, Ana Júlia Carepa e Arthur Virgílio solicitaram audiência com ministro da Agricultura para debater, entre outros assuntos, a recente liberação da comercialização da soja transgênica produzida no país

rantia aos bancos para a eventualidade de uma frustração da colheita.

## SOLICITAÇÕES

Antes da apresentação e dos debates com o ministro da Agricultura, a CAE deve examinar dois itens não terminativos, porque as matérias terminativas continuam bloqueadas pelo fato de 18 medidas provisórias não terem sido votadas pelo Plenário.

O primeiro item é um pedido da prefeitura de Joinville (SC) para que o Senado conceda autoriza-

ção específica que viabilize o acesso dos municípios aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM), administrado pela Caixa Econômica Federal e financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), defendeu em seu parecer o arquivamento do pedido, mas o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu vista do relatório.

O outro assunto da pauta da

CAE é um ofício encaminhado pelo presidente da Câmara Municipal de Barretos, José Rubens de Souza, ao presidente do Senado, José Sarney. No documento, ele solicita ao Senado que edite normas fixando o prazo máximo de 15 minutos para que as instituições creditícias, oficiais e particulares, atendam às pessoas que as procuram, estabelecendo sanções drásticas para os infratores. O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), deu parecer pelo arquivamento da matéria.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2003

Presidente  
José Sarney

10h — Recebe a embaixadora do México, Cecília Soto  
10h45 — Audiência com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues  
11h30 — Recebe o deputado Aldo Rebelo, acompanhado do deputado Vilmar Rocha e do embaixador da Austrália, John Sullivan  
12h — Recebe o deputado Nelson Pelegrino  
12h30 — Recebe o almirante-de-esquadra Carlos Eduardo Cezar de Andrade, presidente do STM, acompanhado do ministro tenente-brigadeiro Cherubin Rosa Filho e do coronel-aviador Fernando Antonio Veiga Jordão  
15h — Audiência com o ministro de Planejamento, Guido Mantega

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Projeto de Lei de Conversão 3/03 (MP 82/02) (transferência da União para os estados e o DF de segmentos da malha rodoviária); MP 85/02 (crédito extraordinário); Projeto de Lei de Conversão 4/03 (MP 86/02) (cargos e gratificações na administração pública); MP 87/02 (crédito extraordinário); MP 88/02 (crédito extraordinário); MP 89/02 (crédito extraordinário); Projeto de Lei de Conversão 6/03 (vigilância sanitária); MP 92/02 (crédito extraordinário); MP 93/02 (crédito extraordinário); MP 95/02 (seguro de crédito à exportação); MP 96/02 (crédito extraordinário); MP 98/02 (crédito extraordinário); MP 99/02 (crédito extraordinário); MP 102/02 (crédito extraordinário); MP 105/03 (crédito extraordinário); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLC 1/03 (Estatuto do Torcedor); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLC 92/01 (aumento de pena); PLS 66/03 (altera o Código Penal); PDL 172/03 (programação monetária); entre outros.

## COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: ofício "S" 1/00; e ofício "S" 6/01. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos  
Pauta: audiência pública com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

14h30 — Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: apreciação de avisos do TCU. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

14h30 — Subcomissão Temporária de Turismo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

18h — Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

## ESPECIAL

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: Oitiva do senador Antonio Carlos Magalhães. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

## Soja transgênica foi produzida ilegalmente no Brasil

**A**limentos transgênicos são organismos geneticamente modificados (OGM), ou seja, produtos criados em laboratório por meio de técnicas de engenharia genética que permitem a quebra do DNA e a alteração da estrutura natural de um organismo com a intro-

dução de características específicas de outro.

Apesar da proibição do cultivo e da comercialização de qualquer OGM no Brasil, agricultores fizeram uso de soja transgênica. Estima-se que cerca de 15% da área plantada de soja seja geneticamente modificada e que

por pelo menos 65% do plantio esteja no Rio Grande do Sul.

Para permitir a comercialização da safra da soja modificada de 2003, inclusive para o consumo humano no mercado interno, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou a Medida Provisória (MP) nº 113, em 26 de

março deste ano, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. A MP determina que os produtores terão até 31 de janeiro de 2004 para vender toda a colheita e mantém a proibição do plantio e comercialização de soja transgênica no ano agrícola 2003/2004.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ vota amanhã projeto que pune pirataria

Presidente da comissão, senador Edison Lobão, pedirá aos líderes partidários que aprovelem texto sem fazer emendas, para que proposta não tenha que retornar à Câmara dos Deputados. Reunião está marcada para as 10h

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinam, na reunião de amanhã, às 10h, relatório do senador João Capiberibe (PSB-AP) favorável a projeto de lei da Câmara que altera os Códigos Penal e de Processo Penal, com objetivo de



Comissão de músicos visitou o presidente José Sarney (C) na terça-feira da semana passada

aumentar as penas de condenado por pirataria de obras de arte protegidas pelo direito autoral.

O projeto do Poder Executivo tramita desde 1996 e define que a comercialização ilegal de músicas, vídeos, livros, obras de arte e *softwares* (programas de computador) será punida com reclusão de dois a quatro anos, além da aplicação de multas. A reprodução de obras para uso individual, como a gravação caseira de CDs, não é caracterizada crime pela proposta.

Na terça-feira passada, os cantores Tony Garrido, Martinho da Vila, Alcione, Gabriel O Pensador, Xandy, Leonardo, Paraná, Gian e Giovanni, acompanhados do diretor da Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD), Paulo Rosa, visitaram o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), para pedir rapidez na aprovação do projeto. Os artistas argumentaram que a pi-

rataria causa grandes prejuízos não apenas para os profissionais envolvidos pelo setor fonográfico, mas também para os cofres públicos, pela perda de arrecadação de impostos.

Sarney afirmou ao grupo que a proposta deverá ser aprovada ainda neste semestre e, de preferência, sem alterações, para que não precise voltar à Câmara. O presidente do Senado condenou a pirataria por acreditar que atinge diretamente a cultura brasileira. Já Lobão se comprometeu a pedir aos membros da CCJ que aprovelem a matéria sem emendas.

A CCJ, que tem 46 itens em sua pauta de amanhã, também pode votar dois requerimentos que solicitam informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O primeiro deles, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), procura esclarecer se houve vazamento de informações privilegiadas sobre a descoberta de cam-

po de petróleo, pela Petrobras, em Sergipe. O segundo, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), pede esclarecimentos sobre a decisão do Banco do Brasil de participar do capital de uma empresa particular que explora vales-alimentação e refeição. O relator dos requerimentos, senador Tião Viana (PT-AC), sugere a aprovação de ambos.

Caso o Senado tenha sua pauta liberada, a CCJ poderá analisar propostas em caráter terminativo, como projeto de lei de Jefferson Péres que, com o apoio do relator Pedro Simon (PMDB-RS), atualiza o Código de Processo Penal quanto às competências do Ministério Público definidas pela Constituição. Jefferson acredita que as divergências entre os dois textos têm causado atrasos e falhas processuais, principalmente no que diz respeito às responsabilidades de promotores e procuradores e das autoridades policiais.

## Subcomissão analisa proposta que aumenta rigor contra preso perigoso

A Subcomissão de Segurança Pública reúne-se hoje, às 18h, para analisar o projeto de lei da Câmara que aumenta o rigor no tratamento a condenados por crimes graves, considerados de alto risco. A proposta, apresentada pelo Executivo, já foi aprovada pela Câmara e aguarda parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da subcomissão vinculada à CCJ.

Pelo projeto, que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal, será criado um "regime disciplinar diferenciado" para esses presos. Por esse siste-

ma, o detento deverá permanecer em cela individual por 16 horas por dia, com direito a duas horas de banho de sol, e só poderá receber duas visitas semanais, com duração de duas horas. Para tanto, o projeto prevê que a União poderá construir penitenciárias especiais apenas para presos sob esse regime.

A proposta também define que o regime diferenciado terá prazo máximo de 360 dias, mas poderá ser renovado em caso de participação dos presos em rebeliões e motins em penitenciárias e presídios, até o limite de um sexto da pena total.



Tasso Jereissati, relator do projeto na CCJ, preside a Subcomissão de Segurança Pública

## Pauta do Plenário para hoje à tarde inclui 18 MPs

O Plenário reúne-se, hoje, a partir das 14h30, para examinar 18 medidas provisórias (MPs) – três das quais mediante projetos de lei de conversão – que estão trancando a pauta. Se essas matérias forem votadas, os senadores passarão então a analisar os outros quatro itens da ordem do dia, que são o Estatuto do Torcedor, dois projetos de lei que impõem penas mais duras para homicídio cometido contra agentes públicos e projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre do ano de 2003.

O primeiro item da pauta é sobre projeto de lei de conversão que trata da transferência, da União para os estados e Distrito Federal, de trechos da malha rodoviária sob jurisdição federal. Outro projeto de lei de conversão altera a lei que cria

cargos efetivos, comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e o terceiro modifica a lei que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Das 18 MPs da pauta, 12 abrem créditos extraordinários em favor de ministérios e estatais. Constan ainda da ordem do dia a medida provisória que altera a lei sobre o seguro de crédito à exportação, a que estabelece mecanismos para reduzir a presença do setor público estadual na atividade bancária e a que muda duas leis sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.

Amanhã, a sessão do Senado também é deliberativa e a ordem do dia ainda não foi definida, já que depende da desobstrução da pauta.

Ramez Tebet informou que só faltam 30 dos 700 metros da ponte, que deverá ser inaugurada em julho



Roosevelt Pinheiro

## Tebet pede conclusão de ponte sobre Rio Paranaíba

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para que não deixe faltar os cerca de R\$ 8 milhões necessários à conclusão da ponte sobre o Rio Paranaíba, que liga Minas Gerais a Mato Grosso do Sul, na BR-497 – a chamada Ponte Alencastro.

O senador lamentou ontem não ter podido comparecer à solenidade de retomada e finalização das obras da ponte, no último sábado, em Paranaíba, que contou com a presença do ministro e do governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. De acordo com

Tebet, Anderson Adauto teria garantido que a obra é prioridade para o governo e, provavelmente, será inaugurada no próximo dia 4 de julho.

Segundo o senador, a Ponte Alencastro está sendo construída desde 1993, já tendo sido investidos cerca de R\$ 30 milhões. Dos 700 metros de extensão do projeto, faltam concluir apenas 30. "Lembro-me de ter pedido várias vezes a agilização das obras e a liberação dos recursos que faltavam. Agora, só precisa um aterro do lado de Mato Grosso do Sul", disse Ramez Tebet.



Célso Azavedo

Mercadante diz que seu propósito é coibir excessos de agentes de segurança

## Ação policial em passeatas pode ser controlada

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que torna obrigatória a identificação dos servidores de órgãos de segurança pública do Estado em operações de controle de passeatas, protestos e outras formas de manifestação pública. A idéia é colocar uma identificação numérica personalizada, visível de dia e à noite, no uniforme padrão de serviço. Ainda de acordo com o projeto, toda operação de controle da ordem pública deverá ser filmada pela corregedoria ou, quando for o caso, pela ouvidoria do órgão responsável, para que a forma como foi conduzida a ação possa ser clara e completamente avaliada. Mercadante afirma, na justificativa da proposta, que seu propósito é coibir os "excessos" por parte de agentes das instituições de segurança em manifestações públicas. Tais excessos quase sempre resultam em ferimentos e, nos casos extremos, em mortes. A apuração dos casos, acrescenta, freqüentemente esbarra em dificuldades para identificar envolvidos e comprovar o que de fato ocorreu. "Como resultado, dilui-se a responsabilidade e assegura-se a impunidade, tanto dos servidores que promovem ou são complacentes com esse tipo de comportamento como daqueles que exercem diretamente a violência contra os cidadãos", explica.

# Conselho de Ética deve ouvir hoje Antonio Carlos

Depoimento solicitado pelo relator, Geraldo Mesquita Júnior, será o último antes da apresentação das conclusões, prevista para dia 22

A assessoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou que ele deverá comparecer pessoalmente para prestar depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na reunião marcada para as 17h de hoje. A exposição foi solicitada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), relator da sindicância que apura possível envolvimento do senador baiano no episódio de escutas clandestinas de telefones na Bahia.

Em entrevista concedida à imprensa na manhã de ontem, o relator considerou a possibilidade – divulgada no final de semana pela imprensa – de o conselho receber exposição por escrito de Antonio Carlos Magalhães, e afirmou que respeitaria essa opção. Para Mesquita, porém, tal modalidade, apesar de legal, poderia frustrar as expectativas dos senadores que gostariam de fazer questionamentos a Antonio Carlos.

Geraldo Mesquita Júnior disse que o depoimento de Antonio Carlos é fundamental para a conclusão de seu relatório, indicativo ou não da participação do senador no caso dos "grampos". Ele prometeu entregar o relatório no próximo dia 22 para deliberação do conselho. O relator explicou que já dispõe de um volume considerável de informações, inclusive dos testemunhos prestados no inquérito da Polícia Federal.



José Cruz

Antonio Carlos pode comparecer ao conselho ou enviar informações por escrito

– Na verdade, o depoimento do senador servirá para confrontação de todos esses dados de que já disponho – esclareceu Mesquita Júnior, aproveitando para negar que já tenha algum tipo de conclusão sobre o caso.

O relator rebateu, enfaticamente, tal possibilidade, lembrando que, sem o depoimento do senador Antonio Carlos, um encaminhamento definitivo seu sobre os resultados da sindicância que o conselho realiza constituiria uma "falta de senso de justiça e de ética" para com a questão. "Só vou dar um rumo ao relatório após ouvir o senador", disse ele.

Mesquita Júnior também desmentiu notícias de que estaria sendo pressionado por integrantes do PFL, partido a que pertence o se-

nador Antonio Carlos Magalhães, ou mesmo por autoridades do Palácio do Planalto, para adotar determinada postura frente ao caso.

– Eu tenho absoluto respeito pelo trabalho da imprensa, mas não afirmo a ninguém que já teria alguma posição definida sobre a conclusão do relatório, pois isso seria prejulgamento – afirmou o senador, acrescentando ainda que não teme resultados distintos entre o seu relatório e o inquérito da Polícia Federal.

Segundo Mesquita Júnior, os dois trabalhos têm objetos diferentes, pois, enquanto a Polícia Federal investiga a ocorrência de um crime, o Conselho de Ética examina se houve desvio de conduta de um parlamentar.



José Cruz

Projeto de Valadares pune a compra de votos já a partir da convenção partidária

## Valadares quer mais rigor para compra de voto

Projeto que proíbe a compra de voto desde a escolha do candidato na convenção partidária, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa. A legislação em vigor proíbe a compra de voto desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

A compra de voto ocorre, de acordo com a lei, se o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública. As penas para quem cometer esse crime são multa de mil a cinquenta mil Ufirs (Unidade Fiscal de Referência) e cassação do registro ou diploma.

O senador explicou que a mudança proposta decorre do fato de que alguns candidatos, ainda não registrados, "efetivam a malfada compra de votos, pois entre a escolha em convenção partidária e o dia do registro da candidatura (5 de julho do ano em que acontecem as eleições) há um lapso temporal que acoberta o ilícito".

– O pior ocorre com os candidatos que concorrem às eleições com o registro de candidatura *sub judice*, pois no caso de indeferimento definitivo desse registro, ainda que tenham praticado ato tão vil ao pleito eleitoral e contrário à democracia, estarão eles livres de sofrer a punição respectiva, justamente porque o ato judicial definitivo de indeferimento do registro irá retroagir ao dia do registro, que é 5 de julho do ano das eleições – afirmou.

Valadares acrescentou ser necessário resguardar a força da convenção partidária que definiu os candidatos, responsabilizando-os pela eventual compra de votos que pratiquem desde quando escolhidos em convenção.

## Subcomissão da Criança inicia trabalhos

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude realiza amanhã, a partir das 14h30, a sua primeira reunião ordinária, destinada a elaborar o cronograma de trabalho e definir as audiências públicas com autoridades e estudiosos da área.

Quem preside a subcomissão é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela acredita que o colegiado, criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tem condições de buscar novos mecanismos de amparo e proteção às crianças e adolescentes de todo o país, principalmente os de baixa renda.

A subcomissão, composta por sete membros, tem prazo de seis meses – que pode ser prorrogado, conforme decisão dos senadores – para apresentar relatório sobre a real situação da criança e do jovem no país, além de propor saídas concretas para tentar minorar os problemas que atingem milhões de brasileiros nessa faixa etária.

Entre os temas a serem abordados pela subcomissão, ganham destaque o abuso sexual, trabalho infantil, violência familiar, exploração da juventude pelo crime organizado e uso de drogas.



Roosevelt Pinheiro

Lúcia Vânia, presidente, acredita que comissão poderá melhorar situação das crianças no país

## Sarney anuncia senadores da Comissão de Orçamento

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem os nomes dos senadores que integrarão a Comissão Mista de Orçamento.

TITULARES	SUPLENTE
<b>BLOCO</b> (PT-PSB-PTB-PL)	
Helôisa Helena (PT)	Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino (PT)	Delcídio Amaral
Tião Viana (PT)	Eduardo Suplicy
Serys Slhessarenko (PT)	Sibá Machado
Magnó Malta (PI)	Marcelo Crivella
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	(vago)
Duclomar Costa (PTB)	Fernando Bezerra
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	José Maranhão
Luiz Otávio	Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	(vago)
Sérgio Cabral	(vago)
Hélio Costa	(vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	José Jorge
Innae Pinheiro	Romeu Tuma
João Ribeiro	Heráclito Fortes
Efraim Moraes	Roseana Sarney
César Borges	Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	Leonel Pavan
Sérgio Guerra	Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Alvaro Dias	Augusto Botelho
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	João Batista Motta

## Dados sobre licenciamento ambiental devem ser acessados

A lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente pode ser alterada para que informações relativas a licenciamento ambiental sejam divulgadas na Internet, caso se aprove projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovada, segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramitará em caráter terminativo.

O projeto obriga o responsável por licenciamento ambiental a colocar na Internet dados completos sobre os processos administrativos que envolvem a licença, como estudos ambientais, sanções, pedidos de licença, concessões e indeferimentos. Pela legislação atual, o licenciamento ambiental é responsabilidade de órgão ambiental estadual. No caso de atividades ou obras cujo impacto ambiental tem âmbito nacional ou regional, o licenciamento cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Mercadante sugere que a falta

de publicação das informações sobre licenciamento seja punida com detenção de um a três anos. De acordo com o senador, o licenciamento ambiental deve se subordinar ao princípio da publicidade. Além disso, os procedimentos legais relativos a esse princípio devem sempre se ajustar às inovações tecnológicas, como a Internet. Como a lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente foi editada há mais de 20 anos, não previa essa forma de divulgação de informação.

O licenciamento é um dos principais instrumentos de prevenção de danos ao meio ambiente, já que determina a necessidade de licença ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores. Assim, acredita Mercadante, a publicidade dos dados relacionados aos procedimentos de concessão de licença é de extrema relevância para que a sociedade civil atue como parceira dos órgãos ambientais, para que estes se integrem mais e o Ministério Público seja mais eficaz em questões ambientais.

# Governos podem ter que divulgar gastos na Internet

Projeto de João Capiberibe visa combater corrupção e tornar transparente a ação dos chefes do Executivo em todos os níveis

Projeto de lei torna obrigatório que os gestores públicos da União, dos estados, municípios e Distrito Federal publiquem as receitas e despesas dos governos em tempo real pela Internet. A proposta, de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), foi apresentada ontem e modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senador, que considerou a falta de credibilidade pública um dos mais graves problemas do país, enfatizou que a matéria busca recuperar a confiança do contribuinte.

Pela proposta, a transparência das contas públicas será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas duran-



Capiberibe se baseia em experiência que realizou no Amapá

te os processos de elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Segundo Capiberibe, o projeto se baseia em experiência realizada por ele no Amapá quando governador do estado, na qual as pessoas podiam controlar os gastos do governo através do site [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br). Ele observou que, se houvesse controle social mais rígido, não teria passado alguns dissabores quando assumiu o governo estadual. Conforme disse, o governador que o antecedeu transferiu os recursos de investimento do Executivo para o Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa e Ministério Público, praticamente impossibilitando

seu governo de investir.

### PREVENÇÃO

A iniciativa de colocar na Internet os dados sobre receitas e despesas públicas torna transparente a ação dos governantes e pode prevenir desvios de recursos, já que hoje a sociedade só descobre a irregularidade depois que ela ocorreu. Também visa combater a corrupção, uma das formas de concentração de renda, no entendimento do senador. Dado o grande número de pessoas que acessa a Internet, Capiberibe acredita que seu projeto poderá viabilizar poderoso instrumento de controle da população sobre os gastos do governo.

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Papaléo Paes (PTB-AP) e Alberto Silva (PMDB-PI) apoiaram a proposta de Capiberibe.

## Paulo Paim defende avanços no campo social

Ao fazer uma análise dos três primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Paulo Paim (PT-RS) registrou vários elogios que o presidente tem recebido da imprensa mundial e brasileira, de representantes de entidades sindicais e patronais e também de economistas, sobre a forma como vem conduzindo o país. Ele também destacou o resultado de recente pesquisa do Ibope, que revelou um índice de aprovação ao governo de 75%.

Mesmo concluindo que o governo trilha o caminho certo, Paim comentou que ainda há muito por fazer, e que as vitórias na condução da economia precisam se refletir imediatamente no campo social. Ele citou como exemplos a necessidade de reduzir a taxa de juros e a desnutrição infantil e de ampliar a renda *per capita* nacional e o total de alunos que completam o ensino básico.

— Claro que o breve governo Lula ainda não tem nada a ver com a calamidade social que os números apontam. Mas para evitar que um dia possa vir a ter qualquer compromisso com esse desastre social, precisa logo dar novo cur-

so à política econômica, que, em última análise, é responsável por essa situação — afirmou Paulo Paim.

O senador também comentou que as poucas críticas que Lula vem recebendo no Plenário do Senado não têm sustentação porque são emitidas por parlamentares

que apoiavam o governo anterior, que, segundo ele, alimentava o desastre social com o objetivo de tentar frear a vitória de Lula.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) declarou que sua expectativa com o governo Lula é a mesma da população do país: que a administração seja coberta de êxito. Mesmo assim, criticou o aumento do número de ministérios, defendendo a tese de que um governo não pode ser muito grande, nem pequeno demais.

### BR-101

Paulo Paim também informou que soube do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que a licitação da duplicação da BR-101, no trecho que liga



Paulo Paim observa que governo Lula trilha caminho certo

Florianópolis (SC) a Osório (RS), foi adiada para que o governo acertasse detalhes ambientais, técnicos e financeiros. Ele acrescentou que a questão ambiental foi solucionada, mas persistem outros problemas.

O ministro disse a Paim que, com a desistência do Banco do

Japão para Cooperação Internacional (JBIC) de participar do financiamento da obra, o governo está procurando novo parceiro e já foram iniciadas negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros mecanismos multilaterais.

Paim também tratou com o ministro da medida provisória (MP) que transfere as rodovias federais para os estados. A MP está trancando a pauta do Senado. De acordo com o senador, Anderson Adauto concordou com a proposta dos governadores de que as estradas só deverão ser repassadas após sua recuperação. Paim acredita que a sinalização do ministro facilitará um acordo para a aprovação da MP.

# Almeida Lima quer incentivo para a reinserção de presos

Senador propõe isenção de contribuição previdenciária para empresa que contratar condenado em regime aberto ou em liberdade condicional

O senador Almeida Lima (PDT-SE) elaborou projeto de lei com o objetivo de promover a reinserção social do preso. Pela proposta, apresentada ontem ao Plenário, ficariam isentas do recolhimento da contribuição previdenciária as empresas que contratassem apenados em regime aberto e egressos em liberdade condicional.

Ao defender sua iniciativa, Almeida Lima afirmou que “é preciso criar condições para que aqueles que cumprem pena em regime aberto ou semi-aberto possam ser reintegrados ao convívio social”. Além de propiciar o “aprendizado ou aperfeiçoamento de um ofício”, o estímulo à ocupação produtiva desses presos seria um fator de “preponderante influência” em sua recuperação.

— A ocupação retira o preso da ociosidade durante o cumprimento da condenação, preservando-o dos vícios prisionais e elevando sua auto-estima — observou. Na verdade, as empresas tomariam para si a tarefa de reeducar e reinserir socialmente os condenados, atribuída pela legislação penal ao sistema penitenciário. Almeida



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Para Almeida Lima, ocupação retira o preso da ociosidade e eleva sua auto-estima

meida Lima assinala o fracasso do sistema prisional na execução dessa missão, afirmando que, em vez de reeducar os presos, esse aparato estaria aprimorando seus conhecimentos sobre o crime.

## EXECUÇÃO PENAL

A revisão da Lei de Execução Penal, que atribui ao trabalho do condenado caráter educativo e social, também foi reivindicada pelo senador por Sergipe. “Não precisamos de penitenciárias de segurança máxima, mas de regime de segurança máxima”, declarou, criticando a concessão de “regalias”, como progressão de

pena e livramento condicional a criminosos violentos.

Em aparte, os senadores peemedebistas Alberto Silva e Mão Santa, ambos do Piauí, elogiaram a proposta socioeducativa de Almeida Lima. “Trata-se de uma iniciativa do mais alto interesse público”, definiu Alberto Silva, invocando a necessidade de os presídios tornarem-se centros de recuperação, em vez de simples centros de reclusão de delinquentes. Já Mão Santa alertou para a possibilidade de a proposta despertar a atenção da Presidência da República.

# Garibaldi sugere participação em congresso

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) propôs ontem, em requerimento, que o Senado indique uma comissão de parlamentares para participar do 13º Congresso Mundial de Criminologia, de 10 a 15 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro. Estarão presentes especialistas de dezenas de países, os quais mostrarão suas experiências, de sucesso ou fracasso, no combate ao crime.

Conforme o senador, o Congresso não pode perder oportunidades como a desse congresso, lembrando que “a realidade do crime organizado” passou ao largo das preocupações dos parlamentares por muito tempo, até que se descobriu que o território brasileiro é hoje parte do caminho das grandes quadrilhas do tráfico internacional de drogas.

— O legislador tem a obrigação de antever o que pode ocorrer, agindo não pelo modismo e nem



Garibaldi quer parlamentares em evento mundial de criminologia

movido pelo clamor social do fato consumado — disse.

Integrante da Subcomissão Temporária de Segurança Pública, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Garibaldi Alves alertou que o crime cibernético tem recebido pouca atenção dos congressistas e esse é um dos assuntos em discussão no Congresso. Para ele, qualquer es-

pecialista em segurança de sistemas digitais já sabe que o Brasil tem liderado os *rankings* de ataques a *sites* na Internet.

— A legislação e as ações diretas de combate ao crime cibernético já estão sendo aplicadas em larga escala na Comunidade Européia e nos Estados Unidos, enquanto continuamos a achar que isso não passa de brincadeira de adolescentes desocupados. Mas os prejuízos para pessoas e empresas são reais — observou.

## TERRORISMO

Entre outros assuntos em debate no Congresso Mundial de Criminologia encontram-se o terrorismo internacional, a prevenção do comportamento anti-social, os crimes do colarinho branco, a justiça alternativa e o combate ao tráfico de drogas. O congresso é realizado a cada quatro anos e os últimos foram na Áustria, Alemanha, Hungria e Coréia do Sul, informou o senador.

# Perda de valores familiares gera violência, afirma Iris

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou ontem que, a cada ano, são cometidos 40 mil homicídios no Brasil, e que, além disso, dezenas de milhares de pessoas ficam física ou mentalmente incapacitadas pela violência, que custa ao país R\$ 25 bilhões por ano, somente com as despesas de saúde das vítimas. “E não incluímos aí as vítimas de violência aparentemente não intencional, como o trânsito. Falo apenas dos homicídios cometidos com as chamadas armas leves, tais como revólveres, facas e instrumentos contundentes”, disse a senadora.

Em seu discurso, a senadora busca as causas da violência, que a seu ver fugiu inteiramente ao controle da sociedade e das autoridades. Ela lembrou as desigualdades sociais do Brasil e a convivência entre riqueza ostensiva e miséria degradante, que considera como uma das causas da violência, mas não a principal. “E essa constatação se mostra ainda mais cristalina quando observamos que muitos dos casos de violência que tanto nos assombram são protagonizados por pessoas de classes



Drogas e certeza de impunidade também aumentam violência, argumenta Iris de Araújo

mais favorecidas.”

Iris de Araújo mencionou ainda as drogas como fonte de violência e até mesmo a certeza da impunidade. Mas, para ela, o âmago da questão é a deterioração dos valores da família. “Esses valores têm sido aviltados pela desagregação das estruturas familiares, pela pouca convivência entre pais e filhos, pela banalização da violência e da agressividade em programas de televisão. Retomemos os valores familiares, é tudo o que peço”, conclamou a senadora.

# Paim defende mecanismos de estabilidade no emprego

Os empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) terão direito à estabilidade de seis meses no emprego após o término de uma greve, conforme projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo. Se aprovada, a proposta seguirá diretamente ao exame da Câmara, a não ser que um décimo dos senadores requeiram deliberação também em Plenário.



Paim propõe estabilidade provisória até que demissão imotivada seja proibida

Pela proposta, os empregados que tiverem concorrido a eleições sindicais poderão ter estabilidade de um ano. Trabalhadores aos quais faltam apenas dois anos para a aposentadoria também não poderão ser demitidos. O objetivo, de acordo com o autor da proposta, é evitar demissões injustas.

Ainda segundo o projeto apresentado pelo senador, o empregado será reintegrado e terá estabilidade de seis meses se ganhar ação contra o empregador, sendo assegurado o recebimento de todos os vencimentos relativos ao período. Igual estabilidade é garantida ao trabalhador que retornar após licença em razão de gozo do benefício da Previdência Social ou acidente de serviço. Da mesma forma, o afastamento por serviço militar obrigatório não será motivo de demissão.

De acordo com Paulo Paim, a estabilidade provisória é fundamental até que seja proibida a demissão imotivada a todos os trabalhadores.

## Roriz e Bush desrespeitam a democracia, diz Eurípedes

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou ontem que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, “responsável pelo massacre ao povo iraquiano”, e o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), “cujo poder se baseia na manutenção



Eurípedes: governador do DF é exemplo de administrador que defende interesse de grupos

os métodos antiéticos do governador”.

– Nos Estados Unidos a eleição de Bush não foi menos questionada, pois durante cinco dias a população americana ficou sem saber quem seria seu governante. “Escolhido” Bush (sim, foi uma escolha parcial),

da miséria e da corrupção”, destacam-se como exemplos de administradores públicos que defendem interesses de grupos e não o conjunto da sociedade.

Conforme disse, “parecem atos isolados e dessemelhantes, mas ambos estão calcados em um desrespeito atroz à democracia e aos direitos humanos”. No Distrito Federal, ressaltou, Roriz teria perdido se a eleição tivesse sido realizada de “forma honesta”, pois a “população não compactua com

sua aprovação dependia de seu discurso de “salvador do planeta” dos males terroristas.

Para Eurípedes Camargo, no entanto, se por um lado Bush e Roriz praticam “atos sórdidos”, por outro lado ocorrem mobilizações “jamais vistas” por parte da sociedade. De acordo com o senador, é esse exemplo de generosidade e solidariedade que deve ser seguido “se quisermos construir um mundo melhor para nós e nossos filhos”.

## Servidor pode fazer cursos do ILB no local de trabalho

Todos os funcionários do Senado podem fazer cursos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), no horário das 9h às 18h, sem sair de seus locais de trabalho. De hora em hora, o canal 46 do sistema VIP – transmitido pela rede interna de televisão – apresenta cursos, palestras e seminários destinados a aperfeiçoar o trabalho dos servidores da Casa. São cursos na área gerencial, de *marketing*, recursos humanos e gestão, além de temas específicos do Congresso Nacional.

Há apresentações com títulos como “Comunicação Empresarial”, “Direito do Consumidor” e “Estratégia de *Marketing*”. Os cursos exibidos pela manhã são repetidos à tarde. Hoje, às 9h, começa o curso “Orçamento e Finanças Públicas”. Às 10h haverá aula sobre “Administração: Panorama de Crescimento Global de uma Empresa”. Às 11h será transmitido vídeo sobre técnicas de apresentações direcionadas a equipes.

Ao meio-dia será a vez do programa chamado “Negociando e Administrando Conflitos de Forma Criativa”. Às 13h está previsto

vídeo cultural do ILB. Às 14h o ciclo recomeça.

O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, destacou que o ensino a distância é o modelo educacional que mais tem demonstrado eficácia na democratização do aprendizado. Agaciél lembra que, já há tempo, o Senado, por meio do ILB e da Universidade do Legislativo (Unilegis), tem firmado convênios para promoção e ampliação da capacitação a distância de servidores públicos do país.

### CONVÊNIOS

Há convênios celebrados com a Universidade de Brasília (UnB), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Departamento de Polícia Federal. Agaciél informou que logo será assinado acordo com uma das mais antigas universidades virtuais do mundo, a *Open University*, da Inglaterra.

De acordo com o diretor executivo do ILB, Florian Augusto Coutinho Madruga, o objetivo dos cursos transmitidos pelo canal 46 é incrementar o material humano em seu desempenho profissional.

## Jucá propõe comissão para defender cubanos dissidentes

Proposta para que senadores intercedam em favor dos opositores a Fidel Castro condenados à prisão foi apresentada ao presidente da CRE

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) propôs ontem que o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP), organize uma comissão de senadores para ir a Cuba e tentar interceder em favor dos 75 dissidentes cubanos condenados pelo regime de Fidel Castro a penas que variam de 6 a 28 anos de prisão.

Jucá lamentou a decisão do governo cubano de encarcerar militantes considerados moderados, que não pregavam a subversão, mas somente alguns ajustes e mudanças. Ele considerou imprescindível que o embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Lezcano Pérez, compareça à CRE para prestar esclarecimentos e apresentou requerimento nesse sentido.



Jucá lamenta a decisão do governo cubano de enviar à prisão dissidentes moderados

A execução, na semana passada, de três homens que tentaram fugir para os Estados Unidos numa balsa foi motivo de protesto do senador. “Não é possível matar pessoas simplesmente por quererem sair de um país.”

Jucá solicitou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não mais convide Fidel Castro para “noita-

das de churrasco” na Granja do Torto, como aconteceu por ocasião da posse presidencial em janeiro. Para Jucá, gestos como esse “não combinam com a democracia brasileira”, que “deu mostras de pujança com a eleição e posse de um candidato de oposição”.

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), também lamentou as medidas tomadas pelo governo cubano contra dissidentes e afirmou que faz questão de assinar o requerimento para que a comissão convide o embaixador cubano a prestar esclarecimento aos senadores.

Segundo Paim, a recepção a Fidel Castro na posse de Lula não foi diferente daquela que o presidente cubano recebeu quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência, em 1999. Ele considerou natural que presidentes sejam corteses uns com os outros. “É bom para as relações entre os países.”

## Sistema de cotas deve considerar renda e não cor, defende Jefferson

A adoção de cotas para negros no acesso a universidades e órgãos públicos foi criticada pelo líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM). Ao analisar recente vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em que menos de 37% dos candidatos aprovados obtiveram classificação independentemente do sistema de cotas, Jefferson considerou o resultado do exame um “rematado desastre”.

– Tomemos como exemplo o curso de Odontologia. Ali, o último aprovado com base nas cotas obteve pontuação cerca de 15 vezes menor que o último classificado no esquema tradicional – afirmou. Além de gerar “classes distintas de estudantes”, a adoção de cotas no processo seletivo da Uerj teria provocado discriminação no acesso e até fraude por parte de candidatos que teriam se declarado afrodescendentes só para aproveitar o benefício, salientou.

Jefferson Péres adverte para possíveis distorções socioeconômicas e “situações de absoluta ini-

qüidade” geradas pelas cotas raciais.

– Iníquo é favorecer alguém em razão de sua cor, sem atentar para a sua renda – assinalou.

Na sua opinião, as melhores políticas de ação afirmativa precisam estar focadas na renda como diferencial de oportunidades na área educacional. Tais providências também deveriam mesclar medidas de caráter emergencial e de longo prazo.

No primeiro caso, disse, estariam as bolsas de cursinho pré-vestibular, financiadas pelo poder público e concedidas a estudantes comprovadamente pobres, negros ou não. Fariam parte do segundo grupo iniciativas para o fortalecimento do Programa Bolsa-Escola e a concessão de incentivos salariais a professores e diretores de escolas públicas cujos alunos obtivessem bom desempenho em exames nacionais periódicos.

### DEBATES

Na expectativa de desestimular a aprovação pela Câmara de pro-



Para Jefferson, é “iníquo favorecer alguém em razão da sua cor, sem atentar para a renda”

posto de lei sobre o regime de cotas, já aprovado pelo Senado, Jefferson Péres solicitou à consultoria legislativa da Casa estudo que coloque em perspectiva histórico-comparativa os resultados da legislação sobre cotas vigente em países desenvolvidos.

– São análises que a curto prazo poderiam alimentar ciclos de debates e audiências públicas nas comissões de Educação e de Assuntos Sociais, com vista a uma produção legislativa oportuna e sensata – declarou.

# Mão Santa pede volta da Central de Medicamentos

Senador argumenta que distribuir remédios à população mais pobre é uma forma de proteção social tão importante quanto o programa de combate à fome, implantado pelo governo Lula

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem a reativação da Central de Medicamentos (Ceme), órgão federal responsável pela fabricação de remédios a preços mais baixos extinto em 1997 por medida provisória, transformada em lei no ano seguinte. De acordo com o senador, a distribuição de remédios à população mais pobre é uma forma de proteção social tão importante quanto o programa de combate à fome implantado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

— A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde não como a ausência de doença, mas como o mais completo bem-estar físico, mental e social. Devemos combater a miséria, o pauperismo e a fome. E a volta da Ceme é por-



Mão Santa criticou a decisão do ex-ministro da Saúde José Serra que resultou na extinção da Ceme

tanto muito oportuna.

Mão Santa reconheceu avanços na saúde pública brasileira, mas ressaltou que ainda falta muito a ser feito. Ele criticou o ex-minis-

tro da Saúde José Serra pela extinção da Ceme. A decisão, segundo o parlamentar, foi fruto de vaidade e atendeu a interesses dos grandes laboratórios.

Em apoio a Mão Santa, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs uma “cruzada parlamentar” em defesa da reativação da Ceme. Para ele, falta de recursos não pode ser justificativa para que a decisão não seja tomada.

— É como o Fome Zero. A necessidade de remédios vem logo depois da fome — disse Alberto Silva.

O senador Papaléo Paes (PTB-AP) também apoiou a iniciativa. Ele sugeriu o envio de documento ao presidente da República com apoios parlamentares à reativação da Ceme.

## Patrícia: saneamento protege saúde infantil

A importância da relação entre o meio ambiente e a qualidade de vida das crianças, tema, neste ano, do Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril, foi destacada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). Ela afirmou que os menores representam um terço da população total da América Latina e do Caribe, daí a necessidade de essa discussão ser ponto prioritário na agenda pública.

Citando dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a senadora disse que, no continente, 80 mil crianças até 14 anos perdem a vida em decorrência de doenças relacionadas com o ambiente em que vivem. No Brasil, acrescentou, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 16,8% dos óbitos entre um e quatro anos de

idade ocorrem devido a doenças infecciosas e parasitárias.

Patrícia observou que, por trás desses números, estão problemas simples de resolver, como a questão do saneamento básico. Ela salientou que, de acordo com pesquisa feita pelo IBGE em 1999, 38,8% dos domicílios de jovens até 17 anos, no Nordeste, não contam com abastecimento de água adequado, e 79,1% não dispõem de saneamento básico.

A senadora, porém, afirmou não ter dúvidas de que o problema pode ser resolvido. Segundo frisou, cálculos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) mostram que, para cada real aplicado em saneamento básico, é possível economizar R\$ 4 na área de medicina curativa. Ela ressaltou, ainda, que no Ceará a taxa de morta-



Patrícia Saboya cobra realização de obras para melhorar qualidade de vida da criança

lidade de crianças de até um ano de idade decorrente de doenças parasitárias e diarreia, que era de 60% em 1987, hoje está em torno de 15%.

— Foi possível alcançar tais resultados com a adoção de ações educativas e também com investimento em saneamento básico.

## Projeto facilita identificação de cédula por deficiente visual

A confecção de cédulas em dimensões diferenciadas para facilitar a identificação do dinheiro pelos portadores de deficiência visual foi proposta pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) em projeto de lei complementar. A matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais e, depois, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

De acordo com o projeto, as cédulas também conterão marcas ou signos que tornem possível sua identificação tátil pelos deficientes visuais. Segundo Paulo Octávio, no último censo demográfico, realizado em 2000, 24,6 milhões de brasileiros declararam ser portadores de algum tipo de deficiência física ou mental. Em termos percentuais, esse

número representa 14,5% da população do país, salientou.

Caso seja aprovado o projeto, observou o parlamentar, a medida vai atender, aproximadamente, a 9,8% da população brasileira. “No cotidiano, incontáveis são os negócios em que as cédulas são utilizadas como meio de pagamento, portanto a possibilidade correta da identificação das

## Alberto Silva vai sugerir a Lula experiência piauiense

Experiência realizada no Piauí com 1.200 lavradores em área de 1.200 hectares plantados com mamona e feijão caupi, uma espécie desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi relatada ontem, da tribuna, pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI). Ele disse que a intenção é sugerir a adoção do programa, de “resultado altamente satisfatório”, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A experiência, informou, pode gerar renda de R\$ 6.100 por hectare/ano.

A experiência, afirmou Alberto Silva, usou também mamona desenvolvida pela Embrapa, resistente à estiagem. O óleo obtido da mamona, informou, pode ser transformado em biodiesel, capaz de movimentar tratores e caminhões, ou querosene de aviação. Entre os pés de mamona era plantado o feijão caupi, de grande capacidade nutricional.

De acordo com o senador, para cada tonelada de semente da mamona, é possível produzir meia tonelada de óleo. Com o que resta de cada planta, é possível produzir fertilizante organomineral, na proporção de um por um. Conforme o senador, esse insumo pode substituir perfeitamente o adubo importado NPK, “imprescindível nas lavouras de soja de São Paulo e Paraná”.

Alberto Silva destacou que, em cada hectare, é possível produzir dez toneladas de pó de pé de mamona, que processado se trans-



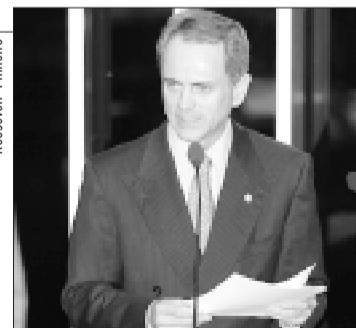
Para Alberto Silva, programa pode atender a 5 milhões de lavradores nordestinos

forma em dez toneladas de adubo, que pode ser vendido a R\$ 400 a tonelada. Além disso, a experiência piauiense gerou uma tonelada de semente de mamona por hectare, cotada a R\$ 700. Somada a uma tonelada de feijão, que poderia ser vendida por R\$ 1.500, chega-se à renda de R\$ 6.100 por hectare, afirmou.

— Podemos ter 5 milhões de lavradores nordestinos com salários de R\$ 1.000 por mês. Isso não é sonho, é realidade — afirmou o parlamentar, tomando como base módulos de dois hectares.

O senador informou que apresentou a idéia ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, que se mostrou muito interessado.

Alberto Silva também elogiou o discurso proferido anteriormente pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) — que pediu o restabelecimento da Ceme —, bem como o Programa do Leite instituído pelo então presidente da República José Sarney.



Paulo Octávio argumenta que sua proposta deve beneficiar 9,8% da população brasileira